

Crise gerencial

07 ABRIL 2001

• Não existe perigo de crise institucional, mas há, sim, a crise gerencial identificada pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seu artigo mensal publicado aqui no GLOBO. O governo do PT dá a impressão de que não tinha um projeto de país ao chegar ao governo, depois de muitos anos ditando regras sobre como bem governar.

Ou melhor, o PT tinha um projeto que era equivocado e não resistiu à realidade. O exemplo é a agricultura familiar, que sempre foi a prioridade do PT e do MST. O candidato Lula, na campanha eleitoral da qual saiu vitorioso, afirmou certa ocasião que antes de exportar alimentos precisava matar a fome dos brasileiros.

Estava lançado o embrião do programa Fome Zero e, mais que isso, o antagonismo do agronegócio em relação à agricultura familiar. Por mais que tenha procurado explicar a frase, ela traduzia o que Lula e o PT pensavam em relação à agricultura, até chegarem ao governo.

A força do agronegócio, no entanto, se impôs na agenda brasileira, as exportações agrícolas salvaram a economia brasileira no primeiro ano de governo Lula e continuam a pesar fortemente na nossa balança comercial.

A invasão por sem-terrás da plantação de eucaliptos de uma empresa multinacional produtora de celulose em Porto Seguro, na Bahia, é exemplar dessa dicotomia do governo Lula. Os invasores afirmaram que "ninguém come eucaliptos", para em seguida trocá-los por plantações de arroz e feijão. É a luta entre a pequena agricultura e a agricultura industrial, que produz empregos e gera divisas para o país, e assume o lugar prioritário que deveria ser do MST num governo teórico onde as forças socialistas tivessem vencido.

O governo deu uma demonstração de fraqueza política ao liberar dinheiro para o MST depois da ameaça de João Pedro Stédile de "infernizar" a vida durante um "abril vermelho". Não é à toa que o Ministro do Desenvolvimento Agrário, Miguel Rossetto, é politicamente oriundo de uma facção petista chamada Democracia Socialista, que vê o campesinato como a vanguarda do socialismo.

Se é verdade que a verba já seria liberada normalmente e que a reunião de Rossetto com o presidente Lula já estava marcada há mais tempo, o governo deu uma demonstração inacreditável de falta de sensibilidade política. Já era tempo de saber que a atitude seria interpretada como gesto de fraqueza.

O sucesso do agronegócio, além do mais, acabou fazendo com que as terras no Sudeste ou no Centro-Oeste, onde se concentra a produção agrícola, ficasse muito valorizadas, e a reforma agrária, da forma como foi concebida, ficou muito cara.

O governo tem um projeto de fazer núcleos de assentamentos em torno dos quais funcionariam cooperativas, para dar à pequena propriedade capacidade de competir no mercado agrícola. Mas as dificuldades políticas para implantar o projeto, que se distancia da visão que o MST tem da reforma agrária, são enormes, sinalizando mais uma vez as contradições internas desse governo.

As incoerências petistas não abandonam o governo. A questão da reserva Raposa Serra do Sol, em Rorai-

ma, por exemplo, hoje é um problema. Acossado por ONGs e Igreja Católica de um lado, e fazendeiros e questões de segurança nacional de outro, o governo fica sem ação. Dentro mesmo do Palácio do Planalto há divergências abertas.

O ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e o assessor especial Frei Betto, atuam vigorosamente para que a reserva seja delimitada conforme previsto na legislação da época do governo Fernando Henrique. Por outro lado, pressões de políticos de esquerda levam em consideração a preocupação de militares com o fato de a fronteira com a Venezuela ficar dentro da reserva. E também os fazendeiros têm seus defensores nessa gama multifacetada de interesses da base.

Ao mesmo tempo, o Incra financia uma índia, sua funcionários, que vai denunciar o Brasil na ONU pela não-demarcação das terras, e o presidente da Funai apóia. O mesmo acontece na questão da biossegurança, na qual o Ministério do Meio Ambiente, da ministra Marina Silva, briga com a Agricultura para tentar impedir pesquisas e comercialização de produtos transgênicos.

Até mesmo a área econômica, a mais coerente desse governo, fica afetada pela disputa de outros setores. No caso das agências reguladoras, por exemplo, até agora não se conseguiu produzir uma legislação que contente ao mesmo tempo a área econômica, que quer dar segurança aos investidores, e a área política, que quer limitar a autonomia dessas agências, retornando ao Estado algumas prerrogativas.

Enquanto o governo se debate entre suas próprias correntes internas, especialmente dentro do PT, a base parlamentar do governo, que é mais heterogênea que a do Fernando Henrique, vai se esgarçando. PSDB e PFL eram mais unidos entre si do que o PT é. E boa parte dos partidos que fazem parte da base hoje são mais ligados ao PSDB e ao PFL do que ao PT, como é o caso do PP e do PMDB.

O problema é que o PT não fez uma autocritica, como os partidos socialistas europeus, e se debate em incongruências. Lula e seu núcleo duro — Palocci, Dirceu, Gushiken, Dulci — se convenceram, em diferentes graus, de que precisavam fazer a transição para um programa de governo mais palatável para a maioria do eleitorado, representado no Congresso, mas não controlam suas próprias forças, especialmente em ano eleitoral.

O ministro da Articulação Política, Aldo Rebelo, do PCdoB, teoricamente um partido radical de esquerda, entende perfeitamente o lado mais fisiológico dos aliados. E nem gosta que se classifiquem as justas reivindicações dos aliados de fisiologismo.

Menos trator e mais negociador, como diz o Professor Luizinho, novo líder do governo na Câmara, entre sorrisos. E o baixo clero já sabe que as burras do governo vão ficar mais acessíveis.